

**“LÁ ONDE HÁ PODER HÁ RESISTÊNCIA”:
governamentalidade e resistência na escola a partir de uma perspectiva
foucaultiana**

**“WHERE THERE IS POWER THERE IS RESISTANCE”:
governmentality and resistance in school from a foucaultian perspective**

Maria Virgínia Freire dos Santos Carmo¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender o conceito de resistência a partir de leituras sobre o poder e o saber presentes na obra de Michel Foucault. Partindo do questionamento acerca do que o autor propunha como resistência e de como seria possível resistir, foi apresentado o panorama de inquietude do momento presente, principalmente no meio educacional. O artigo tem como abordagem inicial a apresentação das transformações nas relações de poder na sociedade no decorrer dos séculos XVII e XVIII, desenvolvendo, logo em seguida, discussões acerca da escola e sua relação com o poder e o saber, assim como as relações da escola com a biopolítica, passando por conceitos de governamentalidade, de sujeito, de poder e biopoder. Logo em seguida, será discutido o que é resistência em Michel Foucault e algumas possibilidades de enfrentamento à dominação e exploração na perspectiva de construção de novas subjetividades, discussão essa que pensará possíveis formas de deslocamento dessas resistências para o espaço escolar.

Palavras-chave: Educação. Poder-saber. Biopoder. Resistência. Espaço escolar.

ABSTRACT

This article had the task of analyzing deaf children's literacy, presenting political and legal aspects of deaf education, in the theoretical and practical context. The characteristics of Deaf Inclusive Education in regular schools and Bilingual Education were exposed considering the relevance of the methods used by the educators in the literacy process of deaf students and their specificities, with a theoretical deepening through bibliographic research and informal contacts with the teacher, deaf students and their families.

Keywords: Education. Power-knowledge. Biopower. Resistance. School space

1 INTRODUÇÃO

A escola como instituição ocupa um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, o que faz com que seja necessário desenvolver análises que tragam reflexões acerca dos fenômenos que acontecem dentro desse espaço. Posto por Foucault como

¹ Especialista em Coordenação Pedagógica pela UFBA - Universidade Federal da Bahia e mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: virginia.freire@gmail.com.

o mecanismo de poder predominante nas escolas, o “poder disciplinar” surge para agir no controle dos comportamentos na perspectiva de moldar os indivíduos, tornando-os adaptáveis à vida em uma sociedade capitalista. Todavia, ao enfrentarmos o que seria uma crise da sociedade disciplinar e a ascensão da sociedade do controle, a escola se vê em meio a um turbilhão de acontecimentos que suscitam questionamentos acerca de seu papel, quiçá fadada ao desaparecimento, uma vez que não se faria mais a grande disciplinadora de corpos. Ao mesmo tempo vemos notórios sinais de reação desse dispositivo de poder tão importante, que vem desenvolvendo estratégias de sobrevivência, no intuito de se conectar à flexibilidade e liquidez dos tempos pós-modernos.

Foucault oxigena os estudos a respeito da educação, quando traz perspectivas de reflexão sobre a construção histórica dos objetos e dos sujeitos, analisando as condições de seu aparecimento em determinada época e, conseqüentemente, as condições de desaparecimento desses mesmos objetos e sujeitos, assim como as relações entre poder e saber. Analisar a escola sob a ótica de Foucault impõe sair do entendimento do senso comum e perceber o quão sua criação e existência na contemporaneidade é mais complexa do que imaginamos.

2 DA SOBERANIA À GESTÃO GOVERNAMENTAL

Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, traz as transformações nas relações de poder na sociedade europeia no decorrer dos séculos XVII e XVIII. No período feudal, o poder dos reis era absoluto e a sua lei era considerada divina e inquestionável. Os soberanos dispunham de todos os meios para supliciar qualquer pessoa que infringisse a ordem e o faziam com uma violência espetacular. No entanto, a partir do surgimento da burguesia industrial em meados e fins dos setecentos, surgem também novas formas de se exercer o poder. Nesse sentido, ganham força a vigilância e a correção, instituindo, assim, as sociedades disciplinares, nas quais se tinha como característica o “confinamento” do indivíduo em espaços limitados e específicos para determinados fins. Nesses lugares, se aplicava a disciplina com toda a sua força: família, escola, fábrica, quartel, hospital, prisão etc. Essas sociedades se sustentavam sob o entendimento de que o indivíduo disciplinado, treinado, dócil, adquiriria o máximo de uso econômico e o mínimo de uso político. Após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades disciplinares entram em crise, abrindo espaço para as sociedades de controle, e o poder deixa de se apresentar em espaços fixos para se situar em redes flexíveis (DELEUZE, 1992). Nessas sociedades, os mecanismos

de controle vão se envolvendo em todo corpo social, mas não apenas pelos corpos como também pelos cérebros dos indivíduos, segundo Hardt e Negri:

O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistema de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade (2001, p. 42).

Visto dessa forma, o poder na sociedade de controle se apresenta de forma sutil e totalmente pulverizada, e os indivíduos têm sempre a falsa sensação de liberdade. É dessa forma que determinados discursos vão sendo produzidos no interior dessa sociedade, com o propósito de nos docilizar, de nos adestrar, direcionando nossas escolhas, o que faz essa forma de controle se tornar altamente eficiente, uma vez que, como já citado, nos dá a impressão de que somos livres em nossas escolhas.

Cabe ressaltar um dos aspectos apresentados por Foucault (1987), que diferencia as sociedades entre si a partir da visibilidade do poder em seu interior. No período feudal, o poder era totalmente visível, sua força inclusive dependia dessa visibilidade. Nas sociedades disciplinares, entretanto, o poder perde visibilidade, se considerarmos que dessa vez são os dominados que se mostram e não os que naquele momento exercem o poder. Por fim, nas sociedades de controle, o poder perde materialidade e, como já dito anteriormente, se torna invisível, porém pulverizado por toda a sociedade. Segundo Foucault, para uma melhor compreensão dessa lógica de visibilidade, um dos “recursos para o bom adestramento” seria o panoptismo. O Panóptico de Bentham, em que uma torre central permite a uma única pessoa observar todos os prisioneiros sem que estes tenham certeza dessa vigilância. Dessa forma, o medo proveniente da incerteza de estarem sendo observados ou não, os levaria a adotar o comportamento esperado por aqueles que vigiam. Esse modelo se apresenta como a forma mais econômica de exercer a vigilância, já que exige um menor número de vigilantes e pode ser aplicado não apenas às prisões, mas a qualquer outro espaço que tenha sua rotina baseada na disciplina e no controle.

É importante destacar que a passagem de um tipo de sociedade a outra não significou, necessariamente, uma substituição, uma simples troca de um modelo por outro. Foucault explica que se trata “de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (2001, p. 291). Ou seja, a soberania não foi eliminada com a chegada da disciplina, que, por sua vez, não foi eliminada com a chegada da gestão governamental. O que ocorre é uma complexificação do poder, na qual um se ajusta ao outro.

Em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1978), Foucault, no capítulo intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”, discorre sobre o biopoder, que desponta propondo o controle das massas. O surgimento de uma nova forma de controle dos corpos, agora coletivamente, não implica em substituição dos demais poderes. O biopoder é uma forma de exercício de poder² sobre a vida que se configura em um

[...] conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008a, p. 8).

Nesse cenário, torna-se necessária uma nova maneira de governar. A partir daí nasce o termo “governamentalidade”, que pode ser traduzido na forma como o governo pensa e como faz pensar. Nas palavras de Foucault:

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência, desse tipo de poder que podemos chamar de governo sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes (2008b, p. 143).

A fim de dar condições de existência, de manutenção da vida à população, a governamentalidade tem por base cálculos estatísticos que fornecem saberes sobre essa dita população³. É essa biopolítica que permite a concretização da governamentalidade, que agregará uma série de dispositivos que a auxiliarão no combate a determinados males que assolam as populações e, dentre os dispositivos, as escolas serão espaços imprescindíveis para o êxito da arte de governar.

² O conceito de poder em Foucault significa ação sobre ação. Ex: Numa escola, quando um(a) professor(a) decide suspender o intervalo de um(a) aluno(a) por este(a) ter chegado atrasado(a), ele(a) exercita o poder sobre aquele(a) aluno(a). Essa seria uma ação do(a) professor(a) em suspender o(a) aluno(a) sobre a ação ele(a) ter chegado atrasado(a).

³ Saber em Foucault significa formação discursiva em conjunto de regras anônimas, históricas, sempre em locais e épocas específicas: num determinado momento, emite-se certo enunciado e isso dito se configura como um saber verdadeiro, que, ao ser ensinado por meio da relação de poder, atua de maneira disciplinar.

3 A ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM O PODER-SABER

A escola está muito presente em nossas vidas, e sequer nos ocorre questionar sua existência, sua presença está fortemente naturalizada na sociedade. No entanto, como nos apontam Varela e Uria, a escola como “forma de socialização privilegiada e lugar de passagem obrigatória para as crianças das classes populares, é uma instituição recente cujas bases administrativas e legislativas contam com pouco mais do que um século de existência” (1992, p. 1). Mas se a escola nem sempre existiu, quais as razões de sua criação? O que ela pretende?

Em suas análises, Foucault nos apresenta a escola como uma instituição criada no final do século XVIII, para atender à necessidade de disciplinarização dos corpos infantis, tornando-os dóceis. Tudo isso em um momento de profundas transformações na estrutura e dinâmica de funcionamento do poder. Ainda de acordo com o ponto de vista foucaultiano, analisar a escola como uma instituição focada na disciplina de corpos e mentes e como uma criação que se materializou em determinado momento e funcionou segundo determinadas condições, nos leva a compreender que, como todo objeto histórico, poderá desaparecer. Veiga-Neto (2008) complementa, trazendo a figura da escola como uma instituição que, durante muito tempo, desfrutou da condição de imprescindível para a educação e na subjetivação dos indivíduos⁴.

No entanto, em meio à crise disciplinar que estamos vivendo, a escola tem perdido espaço para outras instâncias da sociedade, o que nos faz questionar se as crianças ainda devem ir à escola. Isso porque, ainda segundo Veiga-Neto (2001), hoje mais do que em qualquer outro momento da história, acompanhamos o empalidecimento da escola como a grande instituição disciplinar. Destarte, devemos considerar também que, assim como no passado, ocorreram transformações substanciais de um sistema de soberania para um sistema disciplinar, ajustes necessários sempre na perspectiva de tornar eficaz e positiva as relações de poder.

No presente momento, as transformações que dizem respeito à disciplina para aquilo que tangencia o controle, têm seguido a mesma linha, o que nos faz acreditar que é muito cedo para pensar que escola tem perdido espaço, ou mesmo prestígio enquanto elemento importante na construção dessas subjetividades. Talvez fosse o caso de levantar o questionamento, ante o cenário que se apresenta contemporaneamente, acerca do período mais adequado para

⁴ Subjetivação, na denominação de Foucault, é o modo pelo qual o sujeito é constituído. Observando-se que a constituição do sujeito vai sempre se dar com relação à verdade e como essa verdade é inserida no contexto de uma época, através dos saberes e das práticas.

encaminhar as crianças à escola, que, para muitos, têm ficado muito tempo em casa, e, para isso, basta pensar que não faz muito o ensino fundamental obrigatório ampliou essa obrigatoriedade de frequentar a escola em mais um ano. As crianças agora devem ir à escola aos seis anos e não mais aos sete. A educação infantil trilha o mesmo caminho para essa obrigatoriedade. Logo teremos as crianças “sequestradas”, em sua maior parte, aos quatro anos de idade. O que se apresenta de forma sutil é um momento de renascimento da escola, que vem estabelecendo novos caminhos e novas dinâmicas na produção de sujeitos que atendam às novas exigências do mercado.

Para garantir que seu objetivo seja alcançado, a escola lança mão do exercício de poder, transformando-se em um importante espaço de formação do saber. Entendendo que poder e saber não estão ligados em regime de subordinação, o que implica dizer que todo saber estabelecido busca garantir-se através do exercício de poder e que tudo aquilo que trabalha em função do poder se torna também um agente de constituição de saber, Foucault ainda acrescenta que:

Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Nenhum poder, em compensação, se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do “poder-saber” (FOUCAULT, 1997, p. 19).

Dessa forma, não se pode pensar em um saber desinteressado ou em um poder que não seja racional. Há que se reconhecer que poder e saber são indissociáveis, uma vez que a escolha daquilo que se deve conhecer, o papel do sujeito que conhece e o conhecimento reconhecido como válido são frutos das táticas de poder, assim como o conhecimento produzido por esses saberes, que acabam por ter efeitos de poder.

É dessa forma que as escolas, assim como outras instituições, fizeram uso dos discursos produzidos pela medicina, por exemplo, para tornar possível os mecanismos de objetivação e os instrumentos de sujeição⁵. A escola deu a esses discursos o *status* de verdade, o que permitiu, conseqüentemente, a “multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e à acumulação de novos conhecimentos” (FOUCAULT, 1987 p. 211). Os discursos médicos ligados à questão de “raça”, por exemplo, ganharam notoriedade no século XIX, consolidando-se como verdades

⁵ Objetivação, segundo Foucault, é o modo como um objeto é problematizado, delimitado e focalizado.

através de teorias comumente classificadas como “darwinismo social”, “cristianismo evangélico” e “atavismo social”, conforme aponta Boahen (2010).

No Brasil, sobretudo nas últimas décadas do século XIX, essas ideias ganharam força, respaldando, no contexto da sociedade escravista, a já existente rejeição aos negros e causando uma enorme preocupação com as altas taxas de miscigenação. É nesse contexto que surge a tese do branqueamento, na qual alguns pensadores e intelectuais da época, entre os quais Silvio Romero, Oliveira Vianna e João Batista de Lacerda, supunham que, promovendo o casamento de brancos com negros e índios, ao longo do tempo, teríamos um povo livre das características negativas atribuídas a esses últimos (MUNANGA, 2004). A busca de respaldo médico-científico para explicar a desigualdade entre os seres humanos, ensejada no decorrer do século XVIII, encontrou terreno fértil para florescer no sistema escravista brasileiro, e mesmo após a abolição, exercendo forte influência no processo de construção da identidade cultural brasileira. Segundo Ribeiro:

O final do século XIX trouxe consigo processos que não abalaram profundamente as estruturas da sociedade patriarcal brasileira. Entre eles se encontram a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). Ambos os eventos não garantiram a introdução da população negra na sociedade brasileira que se estruturava. Ao contrário, negros e negras foram praticamente excluídos do mundo do trabalho, em especial do nascente processo de industrialização que se enunciava. Nessa “nova” sociedade, livre dos laços imperiais, em que ex-escravizados repentinamente se viam investidos de prerrogativas e direitos, os intelectuais da época, que também pertenciam à classe mandatária do país, sentiram necessidade de pensar o lugar do negro na sociedade brasileira. Trata-se também de um processo característico de um país cuja independência recente (1822), havia sido conduzida pela elite. Após essa “conquista”, com o fim do trabalho escravo e a intensa chegada de imigrantes europeus (sobretudo italianos), era chegada a hora de realizar a construção de uma identidade nacional (2015, p. 73-74).

Se pensarmos que Silvio Romero foi autor de livros didáticos de História para as classes primárias, como o exemplar “História do Brasil Ensinada pela Biografia de seus Heróis”, editado no ano de 1890 e que ganhou pelo menos nove edições, podemos compreender que a escola também foi veículo de sedimentação dessa sociedade fortemente hierarquizada em cores, exercendo o papel não apenas de disciplinar os indivíduos, mas também de ensinar determinados saberes aos que a ela se submetem (GUSMÃO, 2010). Varela e Uría (1992) nos permitem ir mais longe quando nos fazem perceber que muito mais do que ensinar e disciplinar, a escola tem parte importante na constituição da sociedade como a conhecemos hoje, em suas características políticas, econômicas e sociais.

Urge pensarmos a escola não apenas como uma instituição criada pela sociedade, mas também enquanto instituição que gesta essa mesma sociedade. Além de reivindicar espaços

específicos para a educação de crianças, o espaço escolar gestou em torno de si saberes e especialistas que dão conta desses saberes, os quais progressivamente foram destruindo outros modos de educação, estabelecendo a melhor forma de ensinar, educar, vigiar e regular essas crianças. Assim, a escola foi se firmando enquanto instituição, o que permitiu que ela continuasse a dar estatuto de verdade a determinados conceitos e ainda a dar condições para o estabelecimento da governamentalidade.

4 RELAÇÃO ENTRE BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO

Foucault afirma que o biopoder ganhou corpo com as disciplinas, com a “anátomo-política do corpo humano” e com o controle de uma “biopolítica da população”. Dito de outra forma, as disciplinas, que se direcionam ao corpo individual, e a biopolítica, que se direciona às populações enquanto espécie, têm por propósito, respectivamente, “a sujeição dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 1988 p. 131).

É nesse contexto que a população surge como problema econômico e político, uma vez que era evidente que não bastava mais dar conta dos indivíduos isoladamente (disciplina), mas sim com fenômenos de massa (controle). A população passa a ser vista como base dos processos biológicos da vida. No curso “Em defesa da sociedade”, Foucault fala sobre biopolítica:

Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais de constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras de suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder (1999, p. 292).

Dessa forma, os mecanismos da biopolítica se diferem dos mecanismos disciplinares, uma vez que os primeiros agem na regulamentação de processos biológicos que buscam, através de medidas preventivas, controlar a vida, enxergam as coisas ao nível de população, enquanto os segundos agem no corpo individual, de forma detalhada. Aqui cabe a mesma observação feita anteriormente, quando discutida a passagem da soberania para a sociedade disciplinar. Agora a disciplina e a biopolítica interagem mutuamente, sem necessariamente se excluírem. Com o biopoder, os dispositivos de poder, os saberes e a economia focam todos os seus esforços na questão da vida e Foucault destaca que esse biopoder foi basilar para a arrancada do capitalismo, uma vez que os corpos são preparados para a produção. Assim o biopoder se apresenta como uma tecnologia tanto para a gestão da política quanto da economia.

Essa mentalidade governamental busca conduzir a conduta do outro, exercer ação sobre suas ações possíveis e, para isso, vai dispor de estratégias, de dispositivos de poder. Com a biopolítica ligada à população enquanto corpo e enquanto espécie, atuando como uma política de regulamentação da vida e de regulação da população, vai valer-se da pedagogia, da educação e da escola, como elementos fundamentais para a viabilização de iniciativas, programas e/ou campanhas que envolvam o esclarecimento, a prevenção e outros cuidados com a saúde e políticas voltadas à segurança pública, como afirma Gadelha (2009) em seu livro intitulado “Biopolítica, governamentalidade e educação”.

É partindo do conceito elaborado por Foucault de “governamentalidade” que uma nova perspectiva se apresentou para que pudéssemos perceber as formas sutis e perigosas da relação entre o Estado e a escola. Uma governamentalidade orientada pelo princípio liberal dá lugar a um novo produto subjetivo, criado em meio à modelagem de comportamentos, de práticas e de discursos do sujeito que respondem às exigências do mercado, em detrimento da figura moderna do sujeito submetido a práticas institucionais disciplinares. Para alcançar-se a Biopolítica, segundo Foucault: “é preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (2008^a, p. 165). São esses novos rumos que nos fazem refletir sobre o papel da escola pós-disciplinar na contemporaneidade.

5 ESCOLA E RESISTÊNCIAS

A escola, como instituição, foi responsável pela criação de determinados discursos, assim como pelo *status* de verdade que alguns destes assumiram, assim como pelo surgimento de alguns especialistas que trazem para si a responsabilidade de determinar **o que** ensinar, **como** ensinar, **quando** ensinar e **onde** ensinar. A escola se fortaleceu e se fixou como instância indispensável até a sua universalização, como a conhecemos hoje, espaço frequentado por crianças, jovens e adultos, de caráter obrigatório em sua etapa básica. Não obstante, a escola que conhecemos, que construiu suas bases sobre o processo de disciplinamento dos corpos, nasceu e ganhou corpo ao longo da modernidade. Modernidade essa que sofre transformações constantes ao longo dos tempos. Hardt e Negri (2003) apontam para um momento de crise da modernidade. De outra parte, Bauman (2001) sinaliza como raiz dessa crise a “liquidez desses tempos modernos”. Em “Modernidade Líquida”, as “características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade” (BAUMAN, 2001, p. 8). Ainda segundo Bauman: “os fluidos não se atêm muito a

qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la” (idem). No entanto, temos acompanhado uma busca desesperada pela solidez nesses tempos modernos, o que nos traz a sensação de que vivemos uma crise, já que vivemos tempos acelerados e de rápidas transformações, vivemos tempos líquidos, fluidos, que buscam criar sujeitos flexíveis, sujeitos que, assim como os líquidos, não tenham limites e que se ajustem aos lugares ou às condições que lhes sejam impostas. Essa é a nova missão da escola, seu novo desafio: produzir sujeitos flexíveis, produzir novos sujeitos, novas subjetividades.

A crise que vivemos mostra a dificuldade de uma instituição que, através de discursos e práticas que tinham por meta produzir corpos dóceis, se molda, no tempo presente, à necessidade urgente de produzir flexibilidade nos corpos. Esses discursos e práticas ao longo dos tempos se incumbiram de selecionar, classificar, excluir e hierarquizar não apenas os corpos desses indivíduos, mas também os saberes, que receberam o nome de disciplinas, e, com a descontinuidade do projeto disciplinar, surge a dúvida sobre como trabalhar essa flexibilização. Essas mudanças pedem uma nova forma de análise, de interpretação dos fatos e Deleuze indica essa perspectiva de análise, que poderia ser feita sob o que ele entende por sociedade de controle:

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um “interior”, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virillo também analisa sem parar as formas ultrarrápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento em domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas (DELEUZE, 1996, p. 220).

Dessa forma, percebemos a tentativa quase que desesperada de sobrevivência da escola a cada novo documento produzido, a cada nova regra estabelecida. Percebemos as tentativas de mudanças nas práticas pedagógicas, no afã de se adaptar ao que essa nova sociedade de controle exige. Podem ter passado despercebidas aos olhos pouco atentos as tentativas de mudanças

propostas nos últimos tempos no que tange às políticas educacionais, porém, a proposição de transversalidade dos temas, iniciada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais na década de 90, foi um dos primeiros sinais de adaptação às novas exigências. Além disso, podem ser citadas, seguindo os dizeres de Deleuze: “as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na universidade, a introdução da empresa em todos os níveis de escolaridade” (1996, p. 225).

Ainda que de forma disfarçada, surgem no presente mudanças nos discursos, nas práticas, nas formas de subjetivação do indivíduo, buscando agora atender às demandas do mercado. Percebemos, não apenas nas escolas, mas em todos os espaços de circulação social, uma luta pelo alcance do consenso. Evita-se de toda forma o conflito. Ao trazer para o discurso os termos consenso e conflito, fala-se não de consenso e conflito aberto, mas sim de consenso e conflito mascarados na articulação de novos discursos.

Em tempos em que os movimentos sociais vêm ganhando força e reivindicando direitos, vemos alguns debates trazidos ao cerne das atenções: questões étnico-raciais, de gênero, feminismo, sexualidade etc. Para essas reivindicações, acompanhamos as tentativas de se aplacar essas exigências, atendendo-as em parte: implantam-se leis, traz-se para o seio das escolas e outros espaços, novos temas para discussão, como, por exemplo, os já citados PCN, e dessa forma vão se governando essas subjetivações. O que existe, em nosso entendimento, são discussões trazidas para escola de forma despolitizada, “folclorizada”, restrita a determinadas datas ao longo do ano letivo. Vemos alguns conceitos sendo utilizados nos discursos da educação como inclusão e diversidade, que mascaram a realidade da dinâmica dos conflitos sociais. O que vemos é uma forma de governar as diferenças no interior das escolas e de todos os outros espaços, trazendo à baila o discurso da tolerância. Essa tem sido a prática mais comum das políticas educacionais oficiais no Brasil, e

talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste duplo constrangimento político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 239).

Nesse sentido, é necessário pensarmos sobre o que escola tem feito de nós educadores e quais as nossas possibilidades de resistir. Em seus últimos estudos, Foucault buscou discutir as lutas de resistência em diversas direções: ética, política, das minorias etc. Essas lutas de resistência, contra a dominação, contra as formas de exploração, contra o assujeitamento, teriam por meta a defesa da liberdade, em defesa da autonomia do indivíduo, e deveriam acontecer

individualmente, em seu cotidiano, buscando atingir um alvo próximo e não estariam necessariamente ligadas à ideologia ou ligadas a um regime de governo. Foucault, no entanto, não desmerece outros tipos de lutas. O que Foucault traz como reflexão é que se faz necessário atentarmos para outras formas de assujeitamento e que essas formas de assujeitamento devem ser consideradas como forma de dominação e de exploração também, como ele mesmo coloca em uma entrevista:

[...] tomemos uma série de oposições que se desenvolveram nos últimos anos: oposição do poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, do psiquiatra sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida das pessoas. Não basta afirmar que estas são lutas antiautoritárias; devemos tentar definir mais precisamente o que elas têm em comum. 1) São lutas “transversais”; isto é, não delimitadas a um país. Sem dúvida, desenvolvem-se mais facilmente e de forma mais abrangente em certos países, porém não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de governo. 2) O objetivo destas lutas são os efeitos de poder enquanto tal. Por exemplo, a profissão médica não é criticada essencialmente por ser um empreendimento lucrativo, porém, porque exerce um poder sem controle sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte. 3) São lutas “imediatas” por duas razões. Em tais lutas, criticam-se as instâncias de poder que lhes são mais próximas, aquelas que exercem sua ação sobre os indivíduos. Elas não objetivam o “inimigo mor”, mas o inimigo imediato. Nem esperam encontrar uma solução para seus problemas no futuro (isto é, liberações, revoluções, fim da luta de classes). Em relação a uma escala teórica de explicação ou uma ordem revolucionária que polariza o historiador, são lutas anárquicas (*apud* DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 234).

Foucault, ainda nessa entrevista, traz o que ele mesmo chama de aspectos mais específicos quanto a essas lutas:

4) São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. Estas lutas não são exatamente nem a favor nem contra o “indivíduo”; mais que isto, são batalhas contra o “governo da individualização”⁶. 5) São uma oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação: lutas contra os privilégios do saber. Porém, são também uma oposição ao segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas. Não há nada de “cientificista” nisto (ou seja, uma crença dogmática no valor do saber científico), nem é uma recusa cética ou relativista de toda verdade verificada. O que é questionado é a maneira pela qual o saber circula e funciona, suas relações com o poder. Em resumo, o *régime du savoir*. 6) Finalmente, todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: quem somos nós? Elas são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômica e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos. Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto “tal ou tal” instituição de poder ou grupo de elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder (*apud* DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 235).

⁶ Nesse contexto, por individualização entendemos a apreensão do indivíduo, de seu corpo, de sua história.

Foucault coloca a importância de lutarmos por novas formas de subjetividades, uma vez que a questão não é se libertar necessariamente do Estado ou da escola, mas sim estarmos livres do tipo de individualização que eles propõem. Foucault não apresenta modelos ou exemplos de resistências, mas enfatiza que a resistência se trata de uma questão aberta, ou seja, é fundamental que cada um crie, invente seu modo de resistir, de afirmar a vida. Mais especificamente na escola, precisamos partir do ponto de que não existe saber desinteressado, dessa forma teremos a força necessária para criarmos resistência às imposições, sobretudo as curriculares. Partir de análises dos laços entre o saber e o poder já seria uma tática para o questionamento de determinados saberes científicos, o que nos levaria a criar novos saberes.

A resistência aqui teria uma função meio que cética, porém crítica em relação às individualidades propostas determinadas pelos saberes científicos. É necessário desacreditar do que dizem sobre o indivíduo. Por fim, Foucault destaca que a resistência também se dá através do diagnóstico da realidade, e dessa forma tornar visíveis os mecanismos de poder que operam na escola, por exemplo. A ação de diagnosticar a nossa realidade nos leva ao aumento da visão crítica, o que, para Foucault, é fundamental no desencadeamento das práticas de resistência. São as resistências que criam fissuras e provocam transformações no tecido social e no indivíduo, desafiam a estrutura e a estabilidade das instituições sociais e dos comportamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer os meandros do poder e o que lhe fortalece seria o melhor caminho para compreender as possibilidades de resistência dentro dos espaços, neste caso, especificamente, da escola. Desconfiar, como já proposto por Foucault, de todo e qualquer projeto político que tenha por objetivo o bem comum é também um caminho para desmascarar as relações de poder que, na maioria das vezes, são perpetuadas voluntariamente pela própria sociedade, e, na situação em questão, os professores. Procurou-se com este artigo compreender, dentro dos conceitos criados por Michel Foucault, as transformações que as relações de poder sofreram ao longo dos tempos, assim como sua associação com o saber, o que levou à produção de instituições como a escola, criada com propósitos muito definidos e específicos no que tange à subjetivação dos indivíduos. Não obstante, Foucault nos diz que: “lá onde há poder, há resistência” e devemos constantemente travar combates contra o governo da individualização, contra todas as formas de governamentalidade nos espaços, sobretudo nos escolares.

Em suma, não se deve perder de vista que o poder e suas relações estão presentes na família, na escola, no trabalho, nas relações sociais, enfim, chegam ao indivíduo das mais diversas formas e fazem circular discursos, ideias, atitudes que são retirados dos saberes com *status* de verdade. Assim, se a resistência opera nos detalhes, é no dia a dia que o indivíduo deve resistir e existir.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão; consultoria, Roberto Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos no Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

GADELHA, S. **Biopolítica, Governamentalidade e Educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GUSMÃO, E. M. Contribuições de Sílvio Romero para o currículo da escola elementar no século XIX. **Educação em Revista**, Marília, v. 11, n. 2, p. 53-74, jul./dez. 2010.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. p. 50-83.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.

RIBEIRO, F. B. A diversidade étnico-racial no Brasil. *In*: SILVA, G. C.; LIMA, I. C; MEIJER, R. A. S. (org.). **Abordagens Políticas, Históricas e Pedagógicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar**. Fortaleza: UNILAB, 2015.

VEIGA-NETO, A. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa: Sísifo, n. 7, p. 133-142, 2008.

VEIGA-NETO, A. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola? *In*: CANDAU, V. M. (org.) **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.